

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
01 de setembro de 2014

Ao primeiro dia do mês de agosto de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quinquagésima Quarta Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo e Presidente do Consórcio, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS; de Mauá, Senhor DONISETE BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES, de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. Ausentes os assessores regionais de Diadema e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, sendo a palavra solicitada pelo Prefeito Donisete Braga para registrar e parabenizar a passagem do 104º aniversário do Sport Club Corinthians Paulista. Dando início à pauta, o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani anuncia a apresentação da proposta de cooperação técnica com a UFABC para a elaboração do Diagnóstico Habitacional Regional, Plano Diretor Regional, Observatório de Políticas Públicas e Plano Regional de Redução de Riscos, com a participação dos professores Vitor Marchetti e Jeroen Klink. O Secretário Executivo informa que em junho de 2013, o então Reitor, Prof. Hélio Waldman, esteve na Assembléia de Prefeitos e apresentou a possibilidade de uma parceria formal entre o Consórcio e a UFABC para executar uma série de projetos, e iniciou-se o contato com a anterior Pro Reitora de Planejamento, Prof. Rosana Denaldi, para formatar uma proposta de Termo de Cooperação Técnico Científico. O referido contato se desenvolveu até o presente momento, quando se coloca a necessidade de autorizar a formalização do termo de cooperação. Com a palavra, o Prof. Vitor Marchetti, atual Pró-Reitor de Planejamento da UFABC cumprimenta a todos os presentes e informa que o chamado TCTC – Termo de Cooperação Técnico Científica – é um instrumento que permite a ampla cooperação entre as partícipes, em áreas de mútuo interesse e que visem à implementação de projetos de pesquisa em conjunto; a promoção de seminários, workshops e eventos científicos; o intercâmbio de informações; além de projetos de desenvolvimento e extensão, incluindo cursos de especialização. O Secretário Executivo informa que a minuta do TCTC proposto está na pasta dos Senhores Prefeitos, tendo como principal objetivo o suporte da UFABC à execução do PPA Regional e que na presente data são apresentados os termos aditivos dos quatro projetos que poderão dar início ao processo. Com a palavra, o Professor Jeroen Klink agradece o convite e fala que o objetivo geral está relacionado a fortalecer a capacidade do Consórcio para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do PPA-Regional, com um TCTC específico que traz a criação do Observatório de Políticas Públicas, a elaboração do Plano Diretor Regional, de um

Diagnóstico Habitacional Regional e o apoio para a gestão compartilhada de riscos. No caso do Observatório, a meta é a construção de um Observatório de Políticas Públicas do ABC que sistematize, acompanhe, monitore e avalie as ações desenvolvidas pelos municípios consorciados, com a criação de diagnósticos comparativos da situação dos indicadores municipais em áreas selecionadas; a concepção de um sistema de monitoramento de indicadores sociais e o desenvolvimento de eventos conjuntos. A ideia é que o plano de trabalho detalhe o que existe em cada cidade, avançando para um sistema regional, com prazo estimado até março de 2016. Com relação ao orçamento, o valor estimado é de R\$ 663.634,00. Sobre a proposição de um Plano Diretor Regional, o objeto visa discutir e elaborar um plano articulado que subsidie, articule e complemente o processo de revisão dos planos diretores municipais, as diversas leis e instrumentos urbanísticos, assim como as estratégias econômicas e socioambientais das cidades na região do Grande ABC. As metas são elaborar um diagnóstico territorial regional, incluindo uma análise das dinâmicas econômicas, socioambientais e urbanas existentes e do quadro atual do planejamento regional; elaborar uma análise de cenários e tendências das dinâmicas territoriais; discutir e levantar as potencialidades da governança territorial colaborativa (socioeconômica, urbana e ambiental); contribuir para a negociação e definição dos eixos temáticos prioritários do Plano Diretor Regional; e elaborar a proposição final do Plano Diretor Regional. O cronograma para conclusão também tem prazo final em março de 2016, com valor estimado em R\$ 1.222.309,00. Sobre o Diagnóstico Habitacional Regional, o objeto visa produzir um diagnóstico visando dimensionar e caracterizar a precariedade habitacional e estimar as necessidades habitacionais na região do ABC. As metas específicas são: conhecer e sistematizar as informações produzidas no âmbito dos PLHIS sobre déficit, precariedade habitacional e necessidades habitacionais; identificar a disponibilidade de terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS) na região e verificar o estoque reservado e demarcado como ZEIS ou AEIS nos Planos Diretores; identificar o déficit regional e dimensionar e caracterizar a precariedade habitacional; identificar as necessidades habitacionais (ações, e recursos por modalidade de intervenção); Identificar as ações e projetos em andamento na região ou realizados após 2010 (financiadas com recursos alocados nos programas PAC-UAP e PMCMV, e também destinadas ao tratamento de áreas de risco); divulgar e debater o diagnóstico regional. O cronograma para conclusão é dezembro de 2015, e o valor estimado em R\$ 449.820,00. Sobre a gestão compartilhada de gestão de riscos, o objeto prevê a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização para os municípios de Santo André e Mauá, com metas prevendo a delimitação das áreas de intervenção nos municípios de Santo André e Mauá; a elaboração da base cartográfica e planialtimétrica (em escala 1:10.000), o modelo digital de terreno e demais cartas intermediárias para as áreas de intervenção dos municípios de Santo André e Mauá; a elaboração das cartas de processos decorrentes de eventos geológico, geotécnicos e hidrológicos e problemas correlatos (deslizamentos, erosão, inundação, colapsos); e a elaboração das Cartas de Aptidão à Urbanização face aos desastres naturais dos municípios de Santo André e Mauá que deverão expressar os limites, restrições e potenciais para ocupação na área urbana e de expansão dos municípios. A previsão de conclusão é agosto de 2015 e o valor estimado em R\$ 550.649,00. A estimativa geral do

orçamento com os quatro projetos é de R\$ 2.878.386,00. O Secretário Executivo diz que os planos estão disponíveis e serão retransmitidos aos assessores regionais. O valor também é compatível e está previsto no orçamento do Consórcio. O Presidente agradece a presenças dos professores e diz que a expectativa é que a UFABC crie essa presença regional estimulando os processos de elaboração dos macrodesafios para o Grande ABC, questionando sobre a necessidade de esclarecimentos adicionais. O Secretário Executivo informa que há também a discussão de dois outros termos aditivos, relacionados com a formação de gestores públicos regionais, além da proposta conceitual que já foi apresentada anteriormente aos GT Desenvolvimento Econômico e GT Finanças para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento econômico com o horizonte até 2030; os referidos objetos poderão ser posteriormente inseridos no TCTC ora em discussão. Os recursos para os quatro termos já detalhados estão previsto nos orçamentos de 2015/16, e os produtos estarão também à disposição não apenas do Consórcio como das prefeituras consorciadas. Encaminhamento: a proposta de pactuação do TCTC entre o Consórcio e a UFABC foi aprovada por unanimidade, remetendo-se aos grupos técnicos para eventuais alterações antes da tramitação formal nas duas entidades.

Dando sequência à pauta, é anunciada a apresentação da Comandante do Policiamento Regional do Grande ABC, Coronel PM Cláudia Barbosa Rigon Pereira, com introdução do Prefeito Donisete Braga, que destaca a integração regional como tema crucial para a segurança pública. Lembra que quando a Coronel Claudia Pereira assumiu o cargo estava no Batalhão da Polícia de Mauá e agora responde pelos 7 municípios, e a expectativa dos Prefeitos é pela boa relação, visando à segurança pública dos moradores da região. A Comandante inicia a apresentação agradecendo a todos, diz que é importante fortalecer esse laço entre comunidade, PM e municípios. Inicialmente destaca sua satisfação redobrada em ver que o estatuto do Consórcio existe uma questão relacionada à segurança pública, e apresenta a divisão operacional do comando regional, composta por seis batalhões que coordenam e planejam a segurança das 7 cidades. Lembra que a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC publicou em 2012 que essa região ocupa o 4º lugar como maior potencial de consumo do Brasil, sendo uma região extremamente importante para o Estado e para o país, sendo um local que tem grande circulação de riquezas e a questão da segurança está ligada diretamente a esse estágio de desenvolvimento socioeconômico. Na sequência apresenta uma estatística realizada pelo Estado com a visão geral das vítimas de roubo e de como são realizados. Foi verificado que quase metade das vítimas está em trânsito/caminhando, sendo 28% em veículos e 8% no comércio, além do crescente registro de roubos através da internet. Também destaca o número de documentos, cartões e celulares roubados, como principais focos desse tipo de delito. Destaca ainda o chamado “roubo de ostentação”, quando o criminoso rouba o veículo para alguma atividade pessoal e o abandona pouco tempo depois, mas acaba indo para as estatísticas. Chama a atenção para os dados de menores apreendidos, considerando essa como uma “geração sem limites”; verificou-se nas estatísticas a reincidência de ações, dando como exemplo o de menores apreendidos em três meses consecutivos. Informa que esses dados foram encaminhados ao Ministério Público solicitando providências junto às famílias desses adolescentes. Destaca a

importância da participação da comunidade para divulgar no que a população pode ajudar através dos canais de denúncias, além dos conselhos municipais de segurança, como fórum próprio para discutir ações preventivas. Há também o programa de vigilância solidaria, em que os próprios vizinhos tomam conta um dos outros, fortalecendo a união entre a comunidade e beneficiando a segurança. E com relação aos pancadões, destaca a participação das prefeituras na fiscalização de bares e do comércio, afirmando que o desafio é integrar os esforços para melhor atender à comunidade. Fala sobre a operação delegada e a operação divisas, em contato com a PM na capital para planejar as ações nas divisas entre os municípios, integrando esforços também com as guardas municipais. Por fim, destaca o Projeto Radar que visa à prevenção de ocorrências de furtos e roubos de veículos em tempo real, através de câmeras inteligentes instaladas nas principais saídas das sete cidades. Encerra agradecendo a todos e se coloca a disposição para conversar com os prefeitos com relação ao futuro Centro de Monitoramento Regional. Com a palavra, o coordenador do GT Segurança Urbana e Secretário de Segurança de São Bernardo do Campo, Sr. Benedito Mariano, diz que o referido GT é composto pelos secretários municipais correspondentes, e vem discutindo o projeto dos portais de monitoramento, que considera ser mais amplo que o Projeto Radar. Lembra que o Consórcio está apto para dar início ao processo licitatório, caso o governo do Estado e a União aprove a destinação dos recursos conforme já solicitado oficialmente. A expectativa é que findo o período eleitoral, a proposta dos portais, possa ser retomada junto às duas esferas. O Prefeito Luiz Marinho enfatiza a necessidade de atuação mais firme dos órgãos de segurança pública na esfera estadual, lembrando ser particularmente inconcebível a situação do controle de determinadas áreas pelo tráfico de drogas na região, dado que são mapeadas e conhecidas pelos órgãos policiais estaduais. Reitera a proposição do Consórcio encaminhada ao governo estadual em julho do ano passado, de implantação dos portais de monitoramento de divisas, junto ao secretário Fernando Grella, e reiterada em outras ocasiões, sem resposta até o momento. Com investimento estimado em R\$ 25 milhões, o projeto prevê a instalação de 115 pontos de monitoramento com aproximadamente 600 câmeras espalhadas pelas sete cidades. O Presidente Luiz Marinho pede apoio para concretizar o projeto, e a Comandante Claudia se despede dos Prefeitos agradecendo pela oportunidade para o diálogo.

Mobilidade - Encaminhamentos e pendências para as licitações do PAC Mobilidade no Grande ABC. O Secretário Executivo passa ao próximo ponto de pauta, convidando a coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, que pede à equipe da Caixa Econômica Federal para que se tenha o apoio de todos os municípios na entrega da documentação. Diz que o município mais avançado é Rio Grande da Serra, e o restante precisa concluir a entrega o quanto antes para dar início as licitações. Informa que nessa data saiu a publicação dos recursos do OGU e de financiamento para Ribeirão Pires, além da complementação de recursos para Mauá. O gerente de governos da CEF, Sr. Rafael Rosa, afirma os prazos das cláusulas suspensivas dos termos assinados vencem em 26 de outubro, e portanto o próximo passo é solicitar a prorrogação dessa cláusula ao Ministério das Cidades até o dia 26 de Setembro, ou seja, com um mês de antecedência. O Sr. Gilnei Peroni fala que as equipes municipais estão propondo o parcelamento da entrega dos projetos em etapas, mas que isso é problemático, visto que o ideal é a entrega dos projetos e

documentação ser por completo de acordo com o escopo aprovado nos decretos federais. Andrea Brisida enfatiza que a idéia é não dividir em etapas, e o Prefeito Lauro Michels questiona sobre o andamento no seu município. O Sr. Gilnei Peroni diz que a entrega de Diadema está atrasada, assim como de outros municípios, e se coloca a disposição para ir até cada um deles para esclarecer as dúvidas. O Prefeito Lauro Michels pede uma reunião específica para verificar o que está pendente, e o Presidente Luiz Marinho sugere uma serie de reuniões por cidade para organizar as diferentes etapas e iniciar as obras o mais rápido possível, solicitando a Gilnei Peroni para a CEF liberar as licitações daquilo que estiver pronto, e não aguardar tudo para liberar de uma vez só.

INFORMES

1. Distribuição aos municípios do ISS devido pelo Plano de Assistência Medica Santa Helena. O Prefeito Luiz Marinho fala da pendência na região sobre o recebimento do ISS do Plano Santa Helena, que vem há alguns anos sendo depositado em juízo. Essa pendência existe devido a uma divergência sobre o local de cobrança, por isso foi feito deposito em juízo pela empresa. Informa que solicitou ao ex-secretário municipal Jorge Alano para que trabalhasse esse assunto com os demais secretários municipais, bem como os atuais secretários de Finanças de Santo André (Antonio Granado) e São Bernardo (Alexandre Cialdini) vêm trabalhando esse assunto, buscando estabelecer junto ao Santa Helena quais os procedimentos e como se estabelecem os percentuais desse repasse. A idéia é estabelecer um pagamento mensal. Com a palavra, o Sr. Alexandre Cialdini diz que foi ajuizada ação de consignação com a alegação de que a empresa presta serviços de administração de Plano Médico. A entidade possui unidades ambulatoriais nos municípios, e o cerne da situação que precisa ser resolvida está no aspecto da territorialidade do tributo, já bem descrita pela LC 116/2003, Art. 7º "A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, § 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário."

Foram contempladas todas as unidades hospitalares, administrativas e unidades de atendimento do grupo Santa Helena: UNIDADES HOSPITALARES em São Bernardo do Campo e Santo André; UNIDADE ADMINISTRATIVA (centralizada) em São Bernardo do Campo; UNIDADES DE ATENDIMENTO (ambulatorios), em todos os municípios São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul. Foi feito um levantamento e o anuncio dos valores preliminares: valor original de R\$ 41,3 milhões e valor corrigido estimado em R\$ 55 Milhões. A dificuldade para apurar esse processo foi porque não havia a informação da distribuição da arrecadação. Como o grupo Santa Helena não consegue levantar o faturamento em cada um dos municípios, foi utilizado como proxy o "Custo Proporcional das Unidades" em cada município considerando o total das despesas

com pessoal, total das despesas de suprimentos, total das despesas de atendimento (custo hospitalar, médico, etc.), e levantamento de custos de acordo com o Plano de Contas (ANS). Para o período apurado, a distribuição dos recursos seria a seguinte: São Bernardo do Campo 52,84%; Santo André 38,61%; Mauá 3,42%; Diadema 2,41%; Ribeirão Pires 1,90%; São Caetano do Sul 0,80%. Para apuração nos exercícios futuros, será utilizado o rateio do comportamento identificado no ano anterior. Assim, em 2015 será usado o comportamento de rateio de 2014 e, daí por diante. O período de apuração dos custos das unidades foi definido entre dezembro de 2012 a novembro de 2013. O grupo Santa Helena continuará emitindo as notas fiscais de prestação de serviço pelo município de São Bernardo do Campo. Apurado o faturamento das unidades de atendimento, o Santa Helena emitirá documento eletrônico (NF) com descrição do rateio, para definir a base de cálculo. A título de exemplo, se o faturamento mensal do Santa Helena for de R\$ 30 milhões. Passo 1: Todas as NFs serão emitidas pela GISS em São Bernardo do Campo, local sede da empresa. Passo 2: Sobre o faturamento (R\$ 30 milhões) aplicar-se-á o índice de rateio cada município, ou seja:

São Bernardo do Campo	52,84%	16.050.002,40	321.000,05
Santo André	38,61%	11.727.679,65	234.553,59
Mauá	3,42%	1.038.815,45	20.776,31
Diadema	2,41%	732.030,77	14.640,62
Ribeirão Pires	1,90%	577.119,69	11.542,39
São Caetano do Sul	0,80%	242.997,77	4.859,96

A Ferramenta GISS customizará para que cada município possa aplicar o ISS de acordo com a base de cálculo resultante do rateio. Assim, a GISS em cada município gerará a guia a partir das bases de cálculo devidas. A empresa EICON, detentora da ferramenta GISS, foi bastante acessível sobre a questão e está disponível para proceder as alterações tecnológicas necessárias. Os próximos encaminhamentos foram assim definidos: 1. Validar a Metodologia de Apuração dos Custos por Município como proxy para estimar o faturamento em cada localidade e, por consequência o percentual (%) correspondente a cada município para distribuição dos valores em Depósito Judicial: GT dos Secretários de Finanças / GT dos Prefeitos / Ata do GT dos Prefeitos solicitando que o GT Jurídico finalize o acordo. Validar a Metodologia de Apuração para Exercícios Futuros: Passo 1: GT dos Secretários de Finanças. Passo 2: GT dos Prefeitos. Passo 3: Ata do GT dos Prefeitos. Na sequência é necessária a adaptação da ferramenta (Gissonline), bem como formalizar junto à GISS Online qual metodologia deverá ser utilizada para a apuração do ISS em exercícios futuros. O Sr. Cialdini afirma que a solução dessa iniciativa resolve uma ação pendente desde maio de 1999. Assim, todos os Municípios em questão estão perdendo desde aquela época, por não conseguirem firmar um acordo, bem como estão perdendo uma receita presente e futura, que independe do depósito judicial. O método do custo proporcional por unidade coloca-se como o mais justo, equitativo e viável para resolver a questão, pois, tem como base o registro de competência da despesa/custo das unidades, que serve de proxy para proporcionalidade da arrecadação. Lembra ainda que o valor de 55 milhões será

repactuado e distribuído proporcionalmente aos pesos já apresentados. O Secretário Executivo fala que o detalhe está na formalização, pois a Assembléia valida a proposta, mas isso precisa ser transportado ao processo judicial. A sugestão é que o assunto seja tratado pelo GT Jurídico para formalizar. O Sr. Cialdini diz que o importante é que os secretários de finanças e jurídicos tenham um alinhamento técnico quanto às auditorias fiscais. O Prefeito Luiz Marinho solicita que o GT Jurídico se reúna para os devidos procedimentos e encaminhamentos. O Secretário Executivo lembra que já fizemos 3 tentativas de reunir os secretários de finanças, mas que ainda não foi possível ter todos juntos simultaneamente, e pede aos Prefeitos o apoio na referida convocação.

2. Remoção de moradias em áreas de risco: prazo para definição de projetos habitacionais.

A Sra. Sandra Malvese, da Diretoria de Programas e Projetos, informa que consta na pasta dos Senhores Prefeitos uma planilha com o levantamento das remoções, e lembra que logo mais se iniciará a prestação de contas junto às DRADS, onde cada município devesse apresentar os documentos de acordo com a tabela atual e o recibo de pagamento das famílias. Lembrando que esses números são até o final da semana passada. Destaca que para aquelas famílias que não tinham solução habitacional prevista desde o início, é necessário apresentar o projeto e a solução habitacional definitiva até o dia 30 de novembro, e que isso envolve a entrega do projeto arquitetônico, a questão da definição da área e a viabilização do Minha Casa Minha Vida para obter o Minha Casa Paulista. O alerta principal é com relação ao prazo, lembrando que já foi efetuado o pagamento desde o mês de junho. Tendo em vista a restrição de tempo, definiu-se pela supressão dos informes adicionais, que serão objeto de apresentação aos próprios assessores regionais.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. - Região do Grande ABC, em 01 de setembro de 2014.

Prefeitos signatários, presentes na 54ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 54ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.